

Blocos de dados e informações para diálogo



Gestão
do Pacto de
Aprimorament
o de SUAS



Índice de
Desenvolvimen
to do CRAS –
ID CRAS



Indicadores
Estaduais de
Gestão



Blocos de



Pacto de
Aprimoramento de
Gestão do SUAS



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CL Nº 136

Brasília - DF, quarta-feira, 17 de julho de 2013



84

JSEV 1677-2942

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 136, quarta-feira, 17 de julho de 2013



RESOLUÇÃO Nº 18, DE 15 DE JULHO DE 2013.

Dispõe acerca das prioridades e metas específicas para a gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, para o quadriênio 2014-2017, pactuadas pela Comissão Intergestores Tripartite - CIT.

O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, em reunião extraordinária realizada no dia 15 de julho de 2013, no uso da competência conferida pelo art. 18 da [Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993](#) – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e inciso XII do art. 121, da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS, aprovada pela [Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012](#), do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Considerando a [Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004](#), do CNAS, que aprova a Política Nacional de Assistência Social (PNAS);

Considerando o §3º, do art. 23, da NOB/SUAS 2012, que estabelece que a União deverá pactuar na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), no último ano de vigência do Plano Plurianual (PPA) de cada ente federativo, a cada 4 (quatro anos), as prioridades e metas nacionais para Estados, Distrito Federal e Municípios;

Proteção Social Básica

| Prioridade | Meta |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1) Acompanhamento familiar pelo PAIF Alcançar taxa de acompanhamento do PAIF igual a 15 % para municípios de Peq. I e 10% para os demais portes. | Acompanhar pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), as famílias com até ½ salário mínimo registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico. |
| Meta não alcançada (7%) | Município possui um total de 7.059 famílias com até ½ salário mínimo e acompanhou 471 famílias em 2014. Para alcançar a meta o município precisa acompanhar 705 famílias |

Fonte: SAGI/MDS/2014

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/GSUAS/2015

Censo SUAS 2013
Meta não alcançada (2%)
Acompanhou 118 famílias em 2013

Ouvir os municípios

Ordem política

Construir CRAS, contratar equipe técnica, realizar concurso público

Ordem Técnica



- Metas do BPC;
- Diagnóstico de Trabalho Infantil;




Trabalho Infantil

Avanços e Desafios



Diagnóstico



Objetivos: desenho metodológico
estratégico



**Mapeamento dos principais pontos
de trabalho Infantil**

Quantificar essas famílias



**Relacionar com nossas fonte de
dados: CadÚnico, RMA e SISC**



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

PORTARIA Nº 07, DE 30 DE JANEIRO DE 2012.

Dispõe sobre o apoio financeiro à gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS, e dá outras providências.

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 27, II, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no art. 1º do Anexo I do Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011, no art. 12-A da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e no Decreto nº 7.636, de 7 de dezembro de 2011,

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pela Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS; e

CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB/SUAS, aprovada pela Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005, do CNAS;

RESOLVE:

Art. 1º O apoio financeiro à gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS observará os critérios, procedimentos, sistemáticas de cálculo e parâmetros definidos nesta Portaria.

Art. 2º O IGDSUAS será implementado sob as seguintes modalidades:

I – Índice de Gestão Descentralizada dos Municípios – IGDSUAS-M, a ser aplicado aos Municípios e ao Distrito Federal; e

II – Índice de Gestão Descentralizada dos Estados – IGDSUAS-E, a ser aplicado aos Estados.

Art. 3º O apoio financeiro à gestão descentralizada das ações de assistência social dar-se-á mediante o repasse mensal de recursos diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS aos fundos de assistência social dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Anexo I

Cálculo do IGDSUAS-M

O valor do IGDSUAS-M corresponderá ao resultado da média aritmética ponderada do IDCRAS, obtido no último Censo SUAS, com peso 4, e da Execução Financeira Ajustada, obtida a partir do Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeira apurado no exercício anterior ao do repasse de recursos, com peso 1.

Componentes de operação do SUAS:

a) IDCRAS MÉDIO:

O IDCRAS médio será calculado a partir da média aritmética simples do ID-CRAS de cada unidade CRAS. Assim, para fins de cômputo do IGDSUAS, o IDCRAS será calculado pela combinação em seis estágios da classificação obtida pelas unidades nas dimensões de estrutura física, atividades realizadas, disponibilidade de serviços e recursos humanos, sendo o estágio 1 equivalente ao menor grau de desenvolvimento e o estágio 6 ao maior grau de desenvolvimento.

Os critérios para combinação das quatro dimensões supracitadas para obtenção do IDCRAS médio estão dispostos a seguir:

Estágios

- 1 – Duas ou mais dimensões no nível insuficiente
- 2 – Uma dimensão insuficiente e ao menos uma no nível regular
- 3 – Uma dimensão insuficiente e demais nos níveis suficiente ou superior
- 4 – Uma dimensão regular e demais nos níveis suficiente ou superior
- 5 – Todas as dimensões ao menos no nível suficiente, sendo 50% ou menos no nível superior
- 6 – Todas as dimensões ao menos no nível suficiente, sendo mais de 50% no nível superior

Por sua vez, em cada dimensão as unidades podem ser enquadradas em quatro estágios (insuficiente, regular, suficiente ou superior), conforme quadros a seguir, dispostos por dimensão:

INFRAESTRUTURA FÍSICA

| Graus de Desenvolvimento | Itens existentes no CRAS |
|--------------------------|--------------------------|
| Superior | Local para recepção |

IDCRAS

Composição do Indicador



Blocos de dados e



Gestão do SUAS

CRAS – ID CRAS

Indicadores
Estaduais de Gestão





**Humanização dos
dados**

Tais erros foram apresentados mediante dificuldades de:

Planejamento e processamento de dados mediante as “urgências do dia a dia”

Pela terceirização da alimentação;

Pela ausência do setor de Vigilância nos municípios, área responsável pela gestão de informação destes dados.

A.1. Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF

